

ANA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA



Helena Greco,
eu te batizo:

ANISTIA

Helena Greco ontem, hoje, amanhã

É motivo de grande honra para mim participar, ainda que minimamente, da homenagem que se presta a D. Helena Greco por meio deste livro, tão rico de depoimentos justos, tão fiel a fatos que não se deveriam ocultar, pois servirão de exemplo e de modelos de ação em prol da Liberdade e da Dignidade humana. Há que ver, aqui, não mero panegírico, antes a imposição de realidades vividas e sofridas que certamente frutificarão em vitórias ainda a conquistar.

Indiscutível o valor histórico do planejamento, desde a visão de conjunto das circunstâncias de 1964 a 1983 até a maneira tranqüila, modesta, não raro heróica, com que Helena Greco se empenhou na luta pela anistia, atuando na variedade das diferentes esferas, a municipal, a estadual, a nacional, até a mundial, como durante o Congresso de Roma onde soube representar o Brasil, de modo extremamente fecundo.

Lembro-me de que, ao iniciar-se o MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, D. Terezinha Zerbini, sua fundadora, algumas vezes se hospedou em nossa casa e, com Yedda, minha esposa, nossos filhos, gente a nós ligada, quase anonimamente D. Helena Greco, todos nos fizemos presentes a reuniões sucessivas, sempre sob ameaças, sim, mesmo quando, algumas, apenas *ad terrorem*. Sem querer impor-se,

ESCOLA SINDICAL
7 DE OUTUBRO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Escola Sindical 7 de Outubro

ANA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**Helena Greco,
eu te batizo: ANISTIA**

© Copyright by Ana Maria Rodrigues de Oliveira, 1983

Todos os direitos reservados à autora

Arte-Final e Capa
RONALDO ABRÃO PIMENTEL

Foto da Capa
FÁBIO POMPEU

FICHA CATALOGRÁFICA

048c Oliveira, Ana Maria Rodrigues de.
Helena Greco, eu te batizo: anistia.
Belo Horizonte, 1983.
68p.

Apêndice: — fotos com legendas

1. Biografia. I. Título

CDD: 920



“...
*Em nome do pai, punido,
mas que a brasa da esperança
no seu peito injustiçado
entre cinzas resguardou*

*em nome do filho — a quem
tu vais em breve entregar
o que o arbítrio lhe negou;
e em nome do grande espírito
da liberdade que acende
a consciência mais fria,*

eu te batizo: ANISTIA”

(Thiago de Mello)

Índice

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
CAP. I – De 1964 a 1983	15
II – A Luta pela Anistia	19
III – Quem é Helena Greco.	23
IV – Helena Greco vista por outros militantes	25
V – O Congresso em Roma	29
VI – A palavra de anistiados.	33
VII – Os riscos de uma Opção	37
VIII – Uma opinião especial	39
IX – Helena Greco com a palavra.	41
X – A atuação parlamentar	47
XI – Helena Greco vista em sua intimidade	49
CONCLUSÃO.	53
APÊNDICE	55
FONTES DE CONSULTA.	67

Prefácio

Ao falar em Direitos Humanos no Brasil de hoje, cumpre, sem dúvida nenhuma, ressaltar a figura incomparável de Helena Greco, que ocupa, ao lado de outras brasileiras ilustres que se destacaram e se destacam na mesma luta, em lugar de honra, a merecer o reconhecimento de todos nós.

O livro é um testemunho de sua vida. E mostra, com clareza, o momento da grande opção de Helena Greco. Voltada para o trabalho ao lado de seu marido, o médico José Bartolomeu Greco, dedicada ao lar que construíram, enriquecido por três filhos, num certo instante de sua vida começou a sentir o apelo de uma solidariedade maior, engajando-se, então, nesse amplo movimento de amor e de fraternidade, que clamava pelo retorno ao convívio social e político de quantos brasileiros foram afastados pelo peso da repressão que se abateu sobre o País na década dos setenta.

Foi nesse momento de sua vida, que o livro tão bem retrata, que, assumindo posição decidida na luta por uma sociedade justa, Helena Greco pôde alçar a sua voz de mulher e mãe brasileira, para ser ouvida nos concertos internacionais, pronunciando-se, com firmeza e serenidade, pelo direito negado pelo sistema militar, implantado no Brasil em 1964, de se ter uma consciente participação no processo político.

Coerente com os ideais que defende, sem contar riscos ou sacrifícios, entendeu que a sua atuação não se esgotava nos níveis traçados pelas forças associativas da sociedade civil e passou a ajudar a construção do Partido dos Trabalhadores, de cuja direção nacional participou e que hoje representa na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.

A vida de Helena Greco, como se lê nesse livro oportuno, a desvendar toda a aventura de uma verdadeira convocação à causa pública, não é apenas um exemplo a ser seguido, mas um cântico do amor que se desvenda no serviço aos humildes, aos marginalizados e aos injustiçados por um processo político, social e econômico que desconhece, em proveito de uma minoria, os anseios e as esperanças de todo um povo.

São Paulo, 18 de outubro de 1983.

Hélio Bicudo

Introdução

O presente trabalho foi elaborado em maio de 1983, por ocasião do Concurso de Monografias "Minas Mulher", promovido pela Sociedade Amigas da Cultura.

Consideramos como muito oportuno o objetivo de documentar o trabalho das personalidades femininas que, em áreas diversas, colaboraram para o crescimento de nossa comunidade.

A mulher que vamos focalizar, figura contemporânea, é d. HELENA GRECO, que se destacou na fase recente de nossa evolução política.

Para configurar este período onde a atuação de Helena Greco foi marcante, reproduzimos, a seguir, as palavras do professor José Alfredo Oliveira Baracho, titular da Faculdade de Direito da UFMG e ex-diretor desta instituição:

"Com as crises que ocorreram, a partir da Emenda que estabeleceu o Parlamentarismo no Brasil nos primeiros anos 60, o país passou a viver uma fase difícil de suas instituições políticas e jurídicas, que culminou com a Revolução de 1964. O regime implantado, que inicialmente manteve a Constituição de 1946, passou a emitir diversos Atos Institucionais que limitaram os direitos individuais.

Estas restrições levaram ao fortalecimento da autocracia. Em decorrência desta fase, o Brasil experimentou uma inusitada centralização político-administrativa. Alguns anos depois, era promulgada a Constituição de 1967, emendada em 1969, quando se inicia uma das etapas mais autoritárias do processo revolucionário. O fechamento do Congresso, as eleições indiretas e as cassações constituíram medidas que afetaram todo e qualquer ideal democrático. Entretanto, a partir de 1978, e principalmente neste ano, cresceram os movimentos de resistência ao autoritarismo. É nesta fase que vamos ver a luta dos diversos movimentos, entre os quais o movimento pela Anistia".

A autora

“Todo homem tem direito à vida,
liberdade e segurança pessoal” (art. III)

“Ninguém será submetido à tortura,
nem a tratamento ou castigo cruel,
desumano ou degradante” (V)

“Ninguém será arbitrariamente preso,
ou exilado (IX)

“Todo homem tem direito de deixar
qualquer país, inclusive o próprio
e a este regressar” (XIII)

**(Declaração Universal dos Direitos Humanos
1948/1983)**

De 1964 a 1983

O Movimento Militar de 31 de março de 1964 depôs o governo constitucional do presidente João Goulart, que enfrentava sérias crises ao tentar promover reformas em quase todos os níveis. A pressão de certos governos autoritários estrangeiros, como o dos Estados Unidos, objetivou frear o processo de transformação que a sociedade brasileira começava a experimentar no governo de Goulart.

Através deste movimento armado, que teve apoio em altos extratos financeiros e econômicos do país, na alta burocracia e em parcela da classe média, as Forças Armadas ⁽¹⁾ tomaram o poder a 31 de março, anunciando alguns dias depois o Ato Institucional nº 1. Este Ato destinava-se, segundo militares revolucionários, "a assegurar ao novo governo. . . os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da Pátria".

O Documento emitido à Nação para explicar os motivos do Movimento prosseguia dizendo que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo". ⁽²⁾

O Ato Institucional nº 1 manteve a Constituição de 1946, mas lhe imprimiu modificações como o estabelecimento de eleições indiretas para presidente e vice dentro de um prazo de dois anos, conferiu poder ao presidente para decretar estado de sítio, forçou suspender as garantias constitucionais por um prazo de seis meses e definiu a instauração de inquérito contra os que atentassem contra o Estado.

(1) As Forças Armadas estavam sob o comando do general de Exército, Arthur da Costa e Silva, tenente brigadeiro Francisco de Assis Correia e vice almirante Augusto Rademaker.

(2) Documento: "À Nação" e Ato Institucional nº 1, promulgado a 9 de abril de 1964.

Baseando-se no artigo 10 do mesmo Ato, os comandantes revolucionários suspenderam imediatamente os direitos políticos de cem cidadãos, os mandatos de quarenta parlamentares do Congresso Nacional e transferiram para a reserva 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. A estas primeiras cassações, seguiram-se milhares de outras neste mesmo ano.

Três Atos Institucionais seguiram-se ao primeiro. A imprensa ficou sob forte censura e os Sindicatos sob estrito controle do Estado. Em setembro de 1966, a lei 5.107 aboliu a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS –, que facilitava a dispensa indiscriminada de trabalhadores. Esta fase perdurou até 1967, quando houve o recrudescimento das movimentações de estudantes e trabalhadores. Em fins de 67 e começo de 68, os estudantes voltaram às ruas promovendo amplas passeatas, enquanto os trabalhadores retomavam as greves. Ficaram famosas as greves de Osasco (SP) e Contagem (MG).

Para conter este ciclo, o governo militar instituiu, a 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, que proibiu as greves, ampliou o poder para a efetuação de prisões sem mandado judicial e promoveu novas cassações.

Dentro deste novo contexto, um setor da oposição, representado por algumas organizações de esquerda, lançou-se à luta armada. Houve, em resposta, um reaparelhamento e fortalecimento das forças policiais, que começaram a abater, com pulso, as ações de esquerda. Em consequência, as organizações foram desmanteladas e seus militantes presos. Muitos morreram, outros desapareceram. Nas prisões, os métodos de tortura foram praticados com voracidade. A seguir, muitas pessoas foram banidas do país.

A sociedade brasileira experimentou, desde então, o período de maior fechamento do regime, o que perdurou até 1974, quando as eleições diretas para o Parlamento revelaram uma insatisfação por parte do povo com o regime e o modelo econômico do “Milagre”, que começava sua derrocada. Considerava-se que o “milagre brasileiro” havia exigido esforços de uma ampla faixa da população e, em especial, das classes mais baixas. Naquela votação, o partido de oposição – MDB – obteve uma vitória maciça em todo o país (3), resultado que abriu caminho para o ressurgimento dos movimentos em prol da democratização.

O movimento estudantil começa a tomar força. Os trabalhadores voltam a aglutinar-se em torno dos Sindicatos, algumas entidades classistas de renome se posicionam a favor da Democracia, parte da Igreja Católica dá apoio e surge uma imprensa independente dos grupos econômicos.

Em 1975 estes movimentos vão se intensificar. É neste ano que o primeiro núcleo de mulheres, lideradas pela advogada Terezinha Zerbini em São Paulo, vai propor a luta pela Anistia aos exilados e cassados. Pressionado em favor da abertura política, o governo do presidente Ernesto Geisel (1974/1979) promove o início de medidas liberalizantes.

A liberalização do regime é comprovada através de um afrouxamento do aparelho policial e de medidas legais de modificação do Estado autoritário. A 13 de outubro de 1978, o governo promulga a Emenda Constitucional nº 11, extinguindo todos os Atos Institucionais desde 1964 e já propondo a modificação do Sistema Bipartidário. Ainda em 78, a oposição obtém novo resultado satisfatório nas urnas.

O Movimento pela Anistia, que adquire força nacional, atinge a maior intensidade entre meados de 78 e meados do ano seguinte, conseguindo mobilizar boa parte da opinião pública nacional sobre a importância da concessão da Anistia pelo governo, entre outros motivos, segundo o Movimento, como reconhecimento dos erros

(3) O sistema bipartidário, que resultou na criação da Arena e do MDB, foi estabelecido pelo Ato Institucional nº 2, que extinguiu o pluripartidarismo.

cometidos no combate às forças de oposição.

O governo Geisel admite estudar a Anistia e cria uma Comissão para elaborar o Projeto de lei. No Congresso Nacional, os parlamentares se mobilizam em torno do tema, dividindo-se em duas nítidas correntes: os que aceitavam a Anistia proposta pelo governo e os que queriam uma Anistia Ampla e Irrestrita — Ampla no sentido de perdoar todos, sem exceção, os atingidos pelos atos da Revolução e Irrestrita de modo a que devolvesse a estes cidadãos a situação anterior à perda de seus direitos (devolução de emprego, direitos políticos integrais, ressarcimento dos prejuízos econômicos, etc.). Os deputados preparam um Substituto ao Projeto Oficial, que tem a rejeição por parte do governo. A esta época, o general João Baptista Figueiredo (1979/1985) já assumira a Presidência.

O extenso número de Emendas propostas no Congresso torna difícil, na prática, o aprimoramento do Projeto oficial. As modificações não vão alcançar a exigência por uma Anistia Total (não são beneficiados os autores de crime de terror e o texto não se refere à restituição de todos os direitos e privilégios anteriores à cassação).

Quanto à organização partidária, a partir da Emenda Constitucional nº 11, nos anos 78 e 79 surgiram novas Leis que fixaram diretrizes para a volta ao Pluripartidarismo no país, estabelecendo novos princípios para a Lei dos Partidos.

Uma vez possibilitada a sua formação, os Partidos começam a ser criados, surgindo cinco siglas: PDS (do governo), PMDB (que aglutina grande parte dos integrantes do MDB), o PP (Partido Popular), o PTB (duas correntes políticas divergentes disputam a sigla e, desta disputa, nasce o PDT) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Iniciada durante o governo Geisel, a abertura política, exigida pelos movimentos reivindicatórios e estruturada por teóricos políticos do regime, perpetra-se durante o governo Figueiredo, que institui eleições diretas aos governos dos Estados, a se realizar em 15 de novembro de 1982. O governo proíbe a coligação partidária, pela exigência de vinculação total dos votos. Em resposta, o PP incorpora-se ao PMDB. Os outros quatro partidos mantêm-se inalterados.

Nas eleições de novembro de 82, são escolhidos, por voto direto, os primeiros governadores desde 1965, e senadores, deputados, vereadores e prefeitos de pequenas cidades. Após as eleições de 1982 o país vem experimentando uma diferente etapa política, a partir do novo panorama definido pela vitória da Oposição em vários Estados — considerados chave na Federação. O ano de 1983 está sendo marcado pelo forte debate em torno da sucessão presidencial de 1985.

A luta pela Anistia

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) surgiu em 1975 em São Paulo por iniciativa da advogada Terezinha Zerbini, que queria aglutinar as mulheres em prol da luta pela Anistia. Foram formados alguns núcleos em grandes cidades.

Terezinha Zerbini trouxe a idéia para senhoras de Belo Horizonte, fato que ainda não levou à criação imediata do Núcleo local, apesar de algumas mulheres mostrarem interesse efetivo.

No dia 4 de junho de 1977, o governo do presidente Geisel proibiu a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte. O Encontro não foi concretizado porque as forças policiais cercaram o prédio da Escola de Medicina Federal, onde os estudantes estavam concentrados. Foram efetuadas mais de mil prisões.

Em protesto pela reação do governo contra os estudantes, algumas entidades promoveram poucos dias depois uma manifestação nas dependências da Escola de Medicina. Neste ato, várias pessoas da sociedade, não ligadas a movimentos organizados, deram depoimento a favor dos estudantes. Uma delas foi d. HELENA GRECO.

As mulheres que pretendiam formar o núcleo do MFPA em Belo Horizonte acharam oportuno o momento e convidaram d. HELENA e todas as mulheres presentes ao Ato para participarem de uma assembléia que seria realizada no dia 30 daquele mês.

Cento e sete mulheres estiveram presentes à primeira Assembléia que levou à criação do MFPA em Minas Gerais (4) realizada na Igreja de São Francisco das Chagas, Carlos Prates. Decidiu-se pela eleição de um Conselho Provisório, formado de nove representantes, tendo cada uma a função de organizar um Grupo.

Os Grupos mantiveram-se coesos até 26 de novembro do mesmo ano, quando se elegeu a primeira Diretoria que foi formada pelas seguintes pessoas: HELENA GRECO, presidente; Ângela Maria Pezzuti, vice; Maria Zélia de Souza Rojedo, secretária; e Roseni

(4) Esta Assembléia consta de Ata nos arquivos do MFPA.

Rosângela Chompré, tesoureira. Na mesma data foram escolhidas doze conselheiras (Conselho Fiscal).

O trabalho realizado pelo MFPA estruturou-se através dos grupos que realizavam as tarefas de âmbito local, enquanto as ações de âmbito nacional eram decididas nas Assembléias. Cada grupo reunia-se em intervalos de sete ou de quinze dias. O trabalho consistia da assistência aos presos políticos e a seus familiares até o apoio a outras entidades de Oposição.

O núcleo de Belo Horizonte teve uma atividade intensa, colocando-se ao lado dos principais movimentos da época:

- do estudantil: apoiou todas as reivindicações dos estudantes, participou dos atos públicos que realizaram, apoiou a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), fez parte de comissões para a libertação de estudantes presos;
- de trabalhadores: apoiou as greves dos metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Betim, bancários, pedreiros, fumageiros, médicos, enfermeiros e várias outras no período de 1978 até 1980.

Foram definidos como objetivos do MFPA: “lutar pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, prestar solidariedade a todos os movimentos pelas liberdades democráticas, denunciar a tortura nas prisões, lutar pela liberdade de expressão. E por ser um movimento das mulheres, promover a participação política, cultural e social da mulher, mobilizando-a para os problemas da sociedade”.

Além da formação do núcleo de Belo Horizonte, tentou-se criar novos núcleos em Cidades do interior, mas apenas Juiz de Fora pôde formar o seu. Financeiramente, o MFPA/BH funcionava através de contribuições de seus membros e da arrecadação de fundos através de feiras de artesanato, venda de objetos confeccionados por presos políticos, venda de livros, etc.

As principais atividades do MFPA foram (5):

1977 — divulgação de informações à população mineira sobre a situação dos presos políticos; acompanhamento de seus processos com advogados; prestação de assistência médica e odontológica aos presos e familiares; campanha em favor de melhorias carcerárias; apoio às greves de fome realizadas nas prisões; campanha por sua libertação, promoção de debates sobre a Anistia; amplo apoio às manifestações estudantis e de trabalhadores; participação no I Encontro Nacional do MFPA (SP).

1978 e 1979 — campanha para libertação da brasileira Flávia Schilling, presa no Uruguai, denúncia contra prisões de estudantes, operários e membros da Anistia; apoio aos movimentos grevistas dos presos políticos nas Penitenciárias de Linhares (Juiz de Fora) e Itamaracá (Recife); promoção do Congresso Mineiro pela Anistia; criação do Pronto Socorro dos Direitos Humanos; apoio a entidades atingidas por atentados praticados por grupos clandestinos, apoio às greves de trabalhadores que eclodiram por todo o país por melhores salários, campanha pelos desabrigados nas enchentes do Arrudas; participação no Congresso Mundial da Anistia em Roma, através de d. Helena Greco; participação no II Congresso Nacional pela Anistia (Salvador). E muitas outras atividades que torna-se impossível citar.

Em 1978, surgiu a proposta de formação da seção mineira do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/MG), que propunha unir a luta entre homens e mulheres em favor da Anistia. Um grupo do MFPA, no qual incluía-se d. Helena Greco, junto com outras pessoas, dedicou-se a esta tarefa. Uma vez fundado o CBA/MG, em 1978 e 1979 as

(5) Todas as atividades constam de relatórios no Arquivo do MFPA.

atividades foram feitas em conjunto com o MFPA.

No ano seguinte à aprovação do Projeto de Anistia, pelo Congresso Nacional, o MFPA realizou uma Assembléia Geral no dia 09 de abril de 1980, quando decidiu incorporar-se ao CBA por não julgar mais necessário duas entidades continuarem com proposta comum de luta. Também definiu que a defesa dos interesses da mulher deveria ser assumida, a partir daquela data, pelos outros grupos específicos à problemática.

Quem é Helena Greco

Torna-se necessário fazer um parêntese na História, para relatarmos um pouco da vida de Helena Greco:

Foi na cidade de Abaeté onde nasceu d. Helena Greco, no dia 15 de junho de 1916, filha mais velha de Antonio Greco, italiano da cidade de Pisciotta, comerciante. Antonio Greco era descendente de uma linhagem de camponeses e pescadores de quem d. Helena Greco diz orgulhar-se muito. Sua mãe foi Josefina de Campos Álvares, uma professora, que descendia de família tradicional de Abaeté.

Mais cinco filhos nasceram na mesma casa. Em ordem decrescente foram: Armando, Orlando, Onélia, Iolanda, Mussolini e Terezinha. A família Greco fixou residência em Belo Horizonte no ano de 1924. D. Helena Greco foi logo matriculada no grupo escolar Olegário Maciel, onde cursou o primário (1924/27). O secundário fez no Colégio Santa Maria (1928/32). Cursou Farmácia na Faculdade de Odontologia e Farmácia da UMG (1934/37).

Durante seu período escolar, d. Helena interessou-se muito por Literatura e línguas estrangeiras, o que a levou ao amplo conhecimento dos clássicos literários. Neste educandário estudou francês, italiano (com o professor Vitor Magaldi), e espanhol. Inglês e alemão estudou em cursos particulares mais tarde. A partir da sua familiaridade com estes idiomas, aperfeiçoou-se também na Literatura correspondente.

Casou-se no dia 25 de dezembro de 1937 com o médico José Bartolomeu Greco, seu primo primeiro. Com ele tem três filhos: Dirceu, de 36 anos, que é médico, Marília Josefina Greco Lisita, 33 anos, que se casou com Tomás Lisita Filho e tem dois filhos – Gustavo e Helena –, e Heloísa Amélia Greco, 32 anos, professora de História, casada com Alcir Cardoso Júnior.

D. Helena e dr. Bartolomeu seguiram para os Estados Unidos em 1944, onde ele realizaria o curso de Pós-graduação em Medicina. Ao chegar em São Francisco (Califórnia).

d. Helena prestou concurso junto com candidatos de vários países para a seguradora "Hartford Fire Insurance Company", sendo classificada em terceiro lugar. Trabalhou nesta firma durante o período em que esteve nesta cidade. Dr. J. Bartolomeu continuou a sua formação em Nova Iorque e d. Helena foi transferida para a filial da Seguradora. Ainda em São Francisco, aperfeiçoou o inglês na Extensão da Universidade da Califórnia.

Já em Belo Horizonte, mais tarde, d. Helena estudaria Teatro e, no Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, tornou-se professora de inglês. Em 1965, estudou alemão no Goethe Institute. Suas atividades acadêmicas ampliaram-se. Traduziu diversos textos médicos, que foram publicados em revistas especializadas, sobre temas como a Doença de Chagas, profilaxia da malária, tratamento das arritmias cardíacas.

Em sua residência, d. Helena ensinou línguas a alunos carentes, de forma voluntária. Em 1964 foi convidada para ensinar inglês na Penitenciária Antonio Dutra Ladeira, trabalho que realizou até 1966, gratuitamente. Anteriormente, d. Helena havia participado de um grupo de senhoras que realizaram permanentes visitas a Penitenciárias.

As atividades de d. Helena, voltadas à promoção humana, passam por uma reformulação total: ela decide, em 1977, integrar-se ao Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Em novembro deste ano, torna-se sua primeira presidente. Em 1978 assume a vice-presidência da seção mineira do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/MG), passando a presidente em 1980.

D. Helena Greco destacou-se no Movimento Nacional pela Anistia e sua atuação foi ressaltada em várias reuniões e Congressos de que participou. Em junho de 1979 foi escolhida para representar o Brasil no Congresso Mundial de Anistia, promovido em Roma pela Liga Internacional do Direito dos Povos e Prefeitura de Roma. Foi paraninfa das turmas de Farmácia da UFMG e Comunicação Social da UCMG. Mais tarde tornou-se membro da Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia e Direitos Humanos.

Participou da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) tornando-se membro da sua Comissão Executiva Nacional. Em maio de 1982 candidatou-se a vereadora e foi eleita em novembro com expressividade. Atualmente cumpre seu mandato na Câmara Municipal.

A importância de sua atuação na Anistia e no Partido dos Trabalhadores será mostrada nos próximos capítulos deste trabalho.

Helena Greco vista por outros militantes

Várias pessoas que trabalharam na Anistia deram depoimentos sobre a convivência com d. Helena Greco:

DIRLENE TRINDADE MARQUES – professora de Economia da UFMG, militou ativamente no MFPA e no CBA: “Durante o ato público de apoio aos estudantes, em 1977, uma senhora gorda, de idade, inscreveu-se para falar. Era d. Helena, que prestou um depoimento muito bonito de solidariedade aos estudantes. Nós, que pretendíamos criar um núcleo regional do MFPA, a convidamos junto com as senhoras presentes para realizarmos uma assembléia no dia 30 daquele mês de junho. Ela se prontificou logo e participou desta assembléia, onde elegemos o Conselho Provisório. Em novembro, escolhemos a Diretoria da qual d. Helena tornou-se a presidente. Acreditávamos que a figura de d. Helena iria conferir maior credibilidade ao Movimento e maior aceitação por parte de outras mulheres.

A combatividade do Movimento encontrou eco realmente em d. Helena. Nossas propostas se compatibilizavam com sua disposição de ir à luta. Sua dedicação foi efetiva, ao lado de tantas mulheres que deram tudo de si pelo Movimento. Como presidente, d. Helena teve a vantagem de sempre respeitar as decisões de conjunto e de nunca atropelar qualquer discussão.

Eu acho que houve uma espécie de simbiose no caso de d. Helena: d. Helena fez crescer muito o Movimento e o Movimento a fez crescer muito também. O MFPA empreendeu a luta da Anistia por muito tempo sozinho – o CBA surgiria bem depois – e abriu espaço para muitos outros movimentos, numa época em que poucos estavam organizados. Acredito que foi importante para d. Helena o apoio de seu marido, mesmo não tendo ele participado diretamente do Movimento”.

GISELE NOGUEIRA – jornalista, trabalhou na Anistia: “Sou amiga das filhas de d. Helena há vários anos e convivi muito com a família, a ponto de pensarem que eu

era outra filha. Sinto prazer enorme em contar que fui a pessoa quem levou d. Helena ao Ato da Medicina, a partir do qual ela começou sua atividade política.

Vejo um grande mérito em d. Helena por ter-se integrado à Anistia, embora não tivesse antes uma consciência politicamente burilada. Sendo uma senhora, sua figura por si sensibilizava muitas pessoas, e ela tornou-se quase um carisma. De 77 a 79 sua dedicação à Anistia foi integral, rompendo até com os hábitos de sua casa. Sua sorte foi ter tido uma empregada excelente. Um caso ilustrou bem a força de sua presença no MFPA: uma senhora de Corinto, que pretendia localizar seu filho desaparecido durante o período da repressão, ficou sabendo da pessoa de d. Helena e a procurou, depois de ter perdido quase todas as esperanças de reencontrá-lo. Através de inúmeros contatos, o MFPA localizou o rapaz em Moçambique e conseguiu colocá-lo em contato com a mãe. Esta senhora nutre hoje uma gratidão profunda por d. Helena.

O resultado do trabalho de d. Helena foi sua eleição como vereadora com mais de seis mil votos, em um Partido que ainda estava se firmando. Acho que ela teria sido eleita em qualquer Partido pelo qual se candidatasse, dada a representatividade que alcançou, mas escolheu o PT por seus princípios e linha de coerência que esperava de uma agremiação de oposição. Para o PT, sua filiação foi excelente, por causa de sua representatividade. O PT reconhece e estimula os seus méritos e os militantes de modo geral também a vêem assim. Ela é mais que uma vereadora hoje, é uma militante ultra-dedicada do seu Partido.

Vejo ainda como essencial: d. Helena demonstra que para adquirir-se consciência não precisa ter idade. Ela também representa hoje o rosto de centenas de mulheres anônimas que estão lutando com a mesma intensidade. E demonstra através de sua prática que a História é feita hoje, não é uma página de livro que ficou virada para trás".

IVONE GARCIA – Foi diretora escolar do neto de d. Helena (Gustavo): "Sinto em d. Helena uma sinceridade enorme na causa que defende. Apesar de vir acompanhando seu trabalho há mais tempo, somente há três anos tenho tido maior contato pessoal com ela. Vejo muita coragem nela em atingir os problemas na sua totalidade. Ao defender a Anistia, trabalhou não só pelos exilados como pelos favelados, pelos desempregados, por presos comuns. Dentro desta brave mulher existe uma ternura muito grande. D. Helena é uma luz que o povo precisa e quer".

ALBERTO CARLOS DUARTE (Betinho) – presidente do CBA/MG: "Vejo como principais qualidades de d. Helena seu humanismo, um enorme desprendimento, a coragem diante de dificuldades e um amor muito grande pelas pessoas. Várias vezes d. Helena hospedou gente em sua casa, deu ajuda financeira para membros da Anistia que estavam em dificuldades, pagou conserto de carros danificados em atentados políticos, custeou despesas do Movimento com telefone, material, correio, sempre fazendo de modo espontâneo.

Convivi com ela as 24 horas do dia durante o período da Anistia, porque sempre participávamos juntos de Comissões que se dirigiam ao Dops, Polícia Federal, quando alguém tinha sido preso, e de todas as outras tarefas. Nunca fomos recebidos na Polícia pelos chefes, sempre tínhamos que ficar do lado de fora. Dávamos segurança e garantia à vida do preso com nossa presença ali. Denunciávamos as prisões em atos públicos, boletins distribuídos à população, movimentávamos os setores mais democráticos e levávamos os casos à imprensa na medida do possível.

Há casos que precisam ser relatados: Cosminho era um rapaz de 14 anos que foi morto em sessão de tortura na Delegacia de Furtos e Roubos, apesar de ser inocente, como pudemos provar. Ao ficarmos cientes do fato, localizamos sua mãe, que morava numa favela, e localizamos o corpo do menino na Medicina Legal. Um carro da Polícia levou o corpo de Cosme para o Cemitério da Saudade. Seguimos o camburão numa comissão de cinco pessoas e, com apoio de repórteres de televisão, exigimos que o caixão fosse aberto antes do corpo ser enterrado. O menino estava quase irreconhecível. Naquele

momento, a mãe do menino desmaiou.

Nelson Chaves, um banido, voltou clandestinamente a Belo Horizonte em 1978, numa época em que o retorno implicava geralmente em morte. Nelson foi preso pela Polícia Federal, mas seus companheiros de militância julgaram que ele sairia ileso, analisando que o quadro político do país mostrava alguma abertura. Tínhamos certeza de que seu destino seria como de outros banidos. Formamos imediatamente uma comissão e fomos à Polícia Federal, onde exigimos ver o preso. Enquanto estávamos na Polícia Federal, percebemos que havia um camburão do lado de fora. Depois de muito insistirmos com os policiais, tivemos que deixar o local. Ao sair, confirmamos que era Nelson Chaves que estava dentro do carro. Ele só foi retirado bem depois. Denunciamos publicamente sua prisão e responsabilizamos a Polícia Federal pela integridade de sua vida. No dia seguinte, a PF assumiu o fato. Ele nem chegou a ser maltratado. Este caso, onde d. Helena teve uma participação total, foi um exemplo de como podemos salvar a vida de uma pessoa. Lembro-me de que os policiais chegaram a nos apontar armas e disseram que não nos envolvêssemos, pois o caso era sério demais.

Outro caso: para tentar impedir uma manifestação que promovemos na Praça Sete, em favor da libertação da brasileira Flávia Schilling no Uruguai, a Polícia empregou muita violência, talvez a maior em todo o período da luta pela Anistia. Os policiais estavam detendo várias pessoas quando d. Helena se postou diante deles dizendo: "se vocês os prenderem terão que me levar também". Foi um ato de segundos, os policiais hesitaram e não levaram ninguém.

D. Helena recebeu uma homenagem muito bonita do povo de Belo Horizonte durante uma temporada da peça "Revista do Henfil" no Palácio das Artes. No último dia de apresentação do espetáculo que coincidia com a data de aniversário de d. Helena, fomos até o palco e fizemos menção a sua presença no auditório. Todos se levantaram e a aplaudiram de pé. Ela emocionou-se muito. Outro fato de reconhecimento de sua luta pelos Direitos Humanos foi a sua escolha unânime por todos os núcleos do Movimento de Anistia do Brasil para ser a representante no Congresso Mundial em Roma".

GERALDO MAGELA DE ALMEIDA — advogado de presos políticos, membro-fundador do CBA/MG: "D. Helena nunca transigiu em sua luta, nunca negociou com o adversário em questões de princípio, nunca recuou ou se acovardou. Certa vez fui defendê-la, quando foi presa junto com uma professora universitária, ao apoiar um grupo de favelados que tomaram um terreno no Barreiro. Ela não se amedrontou um só segundo.

Foi sempre linha de frente nas passeatas e atos públicos. Esta firmeza e desprendimento podem ser aplicados também a todos os que participaram da luta pela Anistia, mas nós destacamos d. Helena, porque ela nunca teve qualquer participação política até 1977, enquanto tínhamos um passado de luta. Assim como ela, também já sofreu vários atentados, e destaco a coragem dela em não desistir de sua luta.

Ao mesmo tempo em que ela era "amada" pelos trabalhadores, estudantes, d. Helena era "odiada" pelos policiais no período mais negro da repressão. O ex-diretor do Dops, Davi Hazan, declarou, várias vezes, que a detestava. Ele me recebia na condição de advogado, mas exigia que d. Helena esperasse do outro lado da avenida Afonso Pena.

Hoje, como vereadora, ela vem se destacando nos debates e pronunciamentos. Está indo muito bem, defendendo intransigentemente os Direitos Humanos".

JOÃO BATISTA DOS MARES GUIA — Deputado Estadual pelo PT: "O que mais me impressiona em d. Helena é a sua capacidade de indignar-se diante de qualquer injustiça e violação dos Direitos Humanos. Indignar-se como ela, demonstra sinal de vida, de esperança e principalmente constitui-se um ato de solidariedade à pessoa humana. Sua importância é também pela geração que representa: é uma geração ou que se omitiu ou que se envolveu cúmplice com o estado de coisas. Sob este aspecto d. Helena é uma pessoa revolucionária".

O Congresso em Roma

A participação de d. Helena Greco no Congresso Mundial de Anistia, realizado no dia 28 de junho de 1979, em Roma, mostrou o relevo do trabalho das mulheres mineiras pela Anistia. E significou, também, como mencionou um dos militantes do CBA em seu depoimento constante deste trabalho, o reconhecimento do valor da atuação individual de d. Helena Greco.

Ela foi escolhida, juntamente com o advogado paulista Luis Eduardo Greenhalg, como os dois representantes do Brasil neste Congresso, que mereceu o destaque de jornais italianos à época, os quais se referiram à importância da concessão da Anistia no Brasil, país que ainda mantinha milhares de exilados.

O Congresso em Roma foi organizado pela Liga Internacional pelo Direito dos Povos, da qual participavam vários brasileiros radicados na Europa, como é o caso de Linda Bimbi, que nos enviou um farto material jornalístico sobre o Congresso, onde é destacada a figura de Helena Greco.

Vamos reproduzir, a seguir, os principais trechos do discurso proferido por d. Helena a cerca de dois mil delegados presentes ao Encontro:

“Companheiros,

Para nós, representantes de todos os movimentos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita do Brasil, companheiros de luta, não cabem aqui apenas os agradecimentos convencionais pelas boas vindas e pela oportunidade de fazermos parte de um evento tão significativo.

Foi no início desta década, há mais de sete anos, que a bandeira da Anistia começou timidamente a ressoar na sociedade brasileira. Os presos políticos, dando a conhecer sua situação, suas razões, sua experiência pessoal, forneceram munição para todos aqueles que possuíam dentro de si sinceridade e amor ao próximo. No exílio,

desenvolveram-se importantes campanhas que colocaram a nu perante o mundo a verdadeira essência do crescimento econômico da nossa nação, então denominado "milagre brasileiro".

A luta pela Anistia, em particular, desenvolveu-se muito, na medida em que representava o ponto de convergência de todas as oposições, um esforço para pôr fim àquilo que sufocava – e aqui a expressão deve ser tomada no seu sentido literal – todo o povo brasileiro: a repressão policial tentacular, onipresente. Como resultado disso, em 1975, aparece a primeira tentativa de dar uma forma orgânica a nossa luta. Trata-se do Movimento Feminino pela Anistia, que, de uma forma suave e branda, se espalhou por todo o Brasil. Os MFPA's pelo Brasil afora funcionaram como verdadeiros abre-alas da luta pela democracia, anunciando sua presença, mostrando seu apelo e sua urgência.

Foi com o surgimento dos Comitês Brasileiros pela Anistia, que conseguimos colocar a campanha pela Anistia em amplos setores sociais, alterando desta forma a qualidade da luta. A explosão do movimento estudantil em 1977 foi fundamental neste processo.

A sociedade brasileira começava realmente a transformar-se. Forças sociais profundas, até então caladas, começavam a se mobilizar, mostrando toda a sua força e potencial de luta.

É necessário, no entanto, abrir bem os olhos para percebermos seus objetivos. A política do regime, até agora, vem no sentido de realizar modificações localizadas em aspectos superficiais da vida nacional, suficientes apenas para fazer com que a sua essência ditatorial fique camuflada. Exemplo disso não falta: o AI-5 caiu, mas foi substituído por uma legislação partidária que restringe profundamente as chances de formação de novos partidos para aqueles que não possuem desde agora importante representação parlamentar; dentro das mesmas reformas substituidoras do AI-5, o governo ainda possui o direito de nomear um terço dos senadores, algo que nos faz lembrar os negros dias da Espanha franquista. E podemos ainda citar outro exemplo: a Lei de Segurança Nacional.

Neste quadro, o regime militar tenta empurrar pela garganta do povo brasileiro o embuste denominado por ele "anistia parcial", procurando caracterizar como liberal e democrático, tentando fazer desta sua "anistia" uma outorga e não uma conquista popular. Não podemos concordar com a tentativa de classificar os exilados, os ex-banidos e presos políticos como "terroristas" e "não terroristas", como "culpados" ou "não culpados" de "crimes de sangue". Todos os opositores do regime, perseguidos, presos, torturados e mortos merecem o mesmo respeito. Lutaram e lutam ao lado do povo por melhores condições de vida e trabalho, por uma sociedade justa e humana. Denunciaremos vigorosamente qualquer medida discriminatória, qualquer arremedo de anistia que se tente impingir. Seguiremos em nossa luta que é a de todo o povo brasileiro pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA e pelas Liberdades Democráticas.

A luta pela anistia, para ser realmente profunda e consequente tem, necessariamente, que se transformar numa luta por uma ampla e total democracia. Não podemos considerá-la uma tarefa que se esgota em si mesma, desligada da luta maior e mais profunda do povo brasileiro pela sua libertação. É necessário, agora mais que nunca, associarmos a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita à luta pela liberdade de organização e expressão em todos os níveis, pelo fim da ditadura e pelo desmantelamento do brutal e criminoso aparelho repressivo, infestado de corruptos e assassinos que ainda hoje vivem à sombra do poder.

O governo acaba de enviar ao Congresso Nacional o seu projeto de anistia. Seguramente podemos afirmar que o seu espírito é o de embuste. É claro que não podemos deixar de considerá-la uma conquista dos movimentos de anistia. Os movimentos de anistia têm a seu favor um elemento novo. Trata-se da progressiva articulação dos movimentos dos assalariados, que atravessam um importante processo de politização. Assim, no nosso entender, caberia aos movimentos de anistia dentro do

Brasil prosseguir na sua campanha de popularização, procurando vincular-se cada vez mais aos movimentos de base. Apenas a unidade entre as bandeiras democráticas, e ação reivindicatória dos assalariados garantirá uma ofensiva política sólida contra o governo.

Para que tal ação se concretize, será preciso alcançar uma unidade mais efetiva dos diversos CBAs e MFPAs que existem no Brasil, uma unidade maior com as entidades combativas de base, com os parlamentares mais combativos e com as lideranças sindicais mais interessadas na questão.

A verdade está do nosso lado. E, mais cedo do que muitos pensam, o povo tomará definitivamente em suas mãos sua própria história. Podemos afirmar que os brasileiros hoje no exílio voltarão. Podemos afirmar que os brasileiros que se encontram nas prisões, serão libertados. Hoje, amanhã, não importa, mas isto acontecerá!"

Roma, 28 de junho de 1979.

A palavra dos anistiados

Novos depoimentos foram colhidos sobre a participação de d. Helena, desta vez tendo a palavra a mãe de dois ex-presos políticos, que foi, sem dúvida, uma das grandes figuras do movimento mineiro pela Anistia, dois anistiados e um metalúrgico. Eles relatam também o significado da concessão da Anistia:

D. ONDINA NAHAS – tem 64 anos, é professora, aposentada. É mãe de Jorge Nahas, preso em 1969 e banido em 1970, e de Antonio Nahas Jr., que foi preso no começo dos anos 70 e permaneceu no país. D. Ondina foi uma figura exponencial no MFPA, segundo a opinião de vários membros, entre os quais a própria Helena Greco: “Considero d. Helena a Grande Mulher, porque se deu inteira em favor da luta pelos Direitos Humanos, não pedindo nada em troca. Correu riscos enormes, recebeu dezenas de ameaças, mas não se intimidou. Quando ela entrou para o MFPA, o movimento de sua casa mudou completamente. Ela não colocou limites: abriu todos os espaços possíveis para nós. Em sua casa, d. Helena acolheu esposas de presos políticos, hospedou militantes de outros Estados, serviu centenas de refeições quando tínhamos reuniões, e cedeu um salão para as reuniões.

Quantas vezes saiu de noite, de madrugada, de manhã cedo, para defender pessoas presas. Quantas viagens fizemos juntas às penitenciárias para exigir a garantia de vida dos presos, melhores condições carcerárias. Vejo como o seu maior mérito ter-se dedicado a uma causa sem que tivesse um preso ou um cassado em sua família. Seu trabalho resulta de um ideal próprio.

Particpei de todo o trabalho da Anistia em Minas, – dos atos públicos, atividades práticas, visitas em Comissões. Quando o Jorge foi preso, diariamente ia até o Quartel ou às Penitenciárias para onde ele era removido a fim de exigir notícias dele. Levei refeições diárias, roupas, medicamentos, cheguei a entrar várias vezes nas dependências militares, até ele ser banido para a Argélia. Por outro lado, fiz vinte e duas

viagens a Salvador onde meu outro filho, Toninho, havia sido preso. Acompanhei todo o seu processo até a libertação. Além dos meus filhos, acompanhei a situação de todos os outros presos. Foi necessário muito espírito de determinação, mas ter ido à luta foi o fator de maior tranquilidade para mim. Lembro-me de minha viagem a Cuba para visitar o Jorge. Ao fazer uma escala na Venezuela, pude conhecer muitos brasileiros exilados. O que mais me impressionou neles foi a nostalgia que sentiam por estarem longe do país. Eles me pediam informação sobre todos os fatos do dia-a-dia do Brasil, lembravam a caipirinha, a carne de porco. Já durante a minha estadia com o Jorge, percebi que ele esforçava-se para não deixar transparecer seu estado de espírito. Mas o peguei em vários momentos, solitário, num estado de recordações que o entristeciam e o levavam a ceder e perguntar-me algum detalhe sobre o Brasil”.

JORGE NAHAS — banido em 1970 para a Argélia, de lá transferiu-se para Cuba, onde viveu até o fim do exílio em 1979. É médico. Foi candidato a suplente de senador pelo PT nas últimas eleições: “Quando saímos do Brasil, durante os anos mais negros do regime, não sabíamos como o povo tinha percebido e avaliado as lutas que empreendemos contra o regime. Fomos para o exílio sem termos canais que pudessem nos transmitir isto. Do exílio, pensávamos que os acontecimentos seguintes a nossas prisões e banimento poderiam ter varrido da lembrança do povo o significado verdadeiro de nossa luta em favor da libertação do regime opressor.

O que prevaleceu porém, para surpresa nossa — posso dizer assim — foi uma capacidade muito grande de alguns setores da população em resgatarem o significado do que fizemos. O Movimento de Anistia percebeu exatamente a complexidade do momento político e, junto a pedir por nossa volta, mostrou politicamente porque a Anistia deveria ser concedida. Ele ultrapassou um simples “movimento de perdão”, para dar referência ao povo sobre os reais acontecimentos da fase anterior da nossa história.

Vejo d. Helena e seu trabalho dentro desta perspectiva. Sua figura encarna muito bem o renascer de uma capacidade de resistência do povo brasileiro. Representa uma força totalmente nova que surgiu numa época em que as forças vivas da sociedade estavam sendo abafadas. Sua integração à Anistia demonstra que em todo momento de uma sociedade haverá forças vivas que ressurgirão em clamor de um ideal”.

IGNÁCIO HERNANDEZ — liderou as greves de metalúrgicos em 78 e 79, em Belo Horizonte. Hoje é presidente regional do PT. (6) “Numa noite de agosto de 79, um metalúrgico sai de casa a caminho do Sindicato. Quatro policiais à paisana o cercam no meio da praça e o colocam à força dentro de um carro que o conduz ao Dops. Ninguém viu a cena da prisão, mas poucas horas depois, Helena Greco, alertada pela esposa do metalúrgico, estava de vigília na porta do Dops, junto com advogados, padres e deputados. Talvez não adiantasse para afrouxar a prisão daquele metalúrgico a presença daquela Comissão ali, mas simbolizava que alguém estava zelando por ele, o que lhe dava garantias.

Helena Greco sai dali e não descansa, vai preparar o ato público do dia seguinte, em protesto pela prisão dos líderes operários. Antes do Ato, a polícia cerca as ruas com o aparato costumeiro: cavalos, cachorros, muitas armas. A figura miúda, o corpo frágil, mas a resistência de ferro, Helena Greco enfrenta tranquila a polícia, carregando em sua alma a ira acumulada de fracos e oprimidos.

Os batalhões de choque se aproximam para desbaratar a manifestação. A pequena multidão se dispersa em correrias. Helena Greco simplesmente senta-se nas escadarias junto a uma senhora grávida. É a mulher mineira de pouco falar, de agir profundamente, presença constante pela “Liberdade ainda que Tardia”, é a mulher da resistência. A bomba de gás lacrimogêneo estoura a seus pés. Ela se levanta, dá o braço

(6) *Ignácio Hernandez foi presidente regional do PT até julho/83. Com a renovação do Diretório Estadual, ocorrida naquele mês, foi eleito presidente regional o sindicalista e deputado federal Luiz Dulci. Ignácio Hernandez é, atualmente, membro do Diretório Estadual. (Nota da Revisão)*

para a senhora grávida e afasta-se devagar.

Helena Greco pensou bastante antes de entrar para o PT e aceitar seu cargo na Direção estadual e nacional e candidatar-se a vereadora, que foram colocados em função de seu trabalho pela Anistia e os Direitos Humanos. Helena Greco só tomou suas decisões quando se convenceu de que a entrada para o PT e o mandato de vereadora poderiam favorecer-lhe uma luta mais ampla pela liberdade”.

SÁLVIO PENNA – preso político de 1971 a 1973. É metalúrgico: “O principal resultado da Anistia foi permitir-nos a participação política. Uma vez anistiados, pudemos candidatar-nos ou exercer uma militância de acordo com a forma de realização de cada um.

Milito desde 1963 e sempre julguei que esta é minha forma de participar da sociedade, lutando por maior justiça e liberdade. Mesmo considerando que a Anistia foi parcial, ela nos abriu um caminho. Candidatei-me a deputado estadual pelo PT e, apesar de não ter sido eleito, continuo fazendo o meu trabalho político.

Sob outro aspecto, a Anistia tirou-nos a impossibilidade de arrumar emprego, o sufoco de buscarmos documento e sermos obrigados a passar primeiro na Secretaria de Segurança por causa de nossos antecedentes. Permitiu-nos dar a nossas famílias as condições necessárias para seu bem-estar”.

O risco de uma opção

Como militante e presidente do MFPA, d. Helena Greco já sofreu várias ameaças e atentados por parte de grupos contrários a sua atuação e, ainda hoje, recebe advertências destes mesmos grupos. Muitas das ameaças foram feitas pelo GAC (Grupo Anticomunista) e MAC (Movimento Anticomunista), a partir de 1977, quando o MFPA começou suas atividades.

Os ataques que recebeu foram feitos através de bilhetes, cartas anônimas enviadas a sua residência e à sede do MFPA, citações acusatórias em determinados órgãos de imprensa. E, de forma violenta, as ameaças cumpriram-se através da explosão de bombas.

Um Dossiê ⁽⁷⁾ preparado em setembro de 1.978 por entidades de oposição citou todos os atentados cometidos em Belo Horizonte entre 1977 e 1978 contra movimentos organizados, entre os quais o Movimento de Anistia, e contra pessoas, como o caso de Helena Greco:

“No dia 28 de março de 1.978, explodia uma bomba na Igreja São Francisco das Chagas, Carlos Prates, às 21h30m, enquanto realizavam-se reuniões de grupos paroquiais e do MFPA;

Dia 7 de abril um bilhete contendo ameaças foi colocado no parabrisa do carro da presidente do MFPA, d. Helena Greco, que como se verá neste Dossiê, tem sido alvo constante do GAC e MAC. O bilhete dizia: Olho por olho, a cada ação uma reação. GAC, 28 de janeiro.

O dia 18 de abril marcou outra destas datas em que o GAC ganhou as ruas várias vezes para espalhar violência: — no pátio do Colégio Santo Antônio realizava-se uma concentração promovida pelo MFPA, à qual compareceram 1.500 pessoas. Meia hora após

⁽⁷⁾ “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos por grupos paramilitares em Belo Horizonte” — setembro de 1978.

o início, agentes e um delegado do Dops entraram no pátio afirmando que receberam denúncias de que havia uma bomba no local. Após todos se retirarem, fizeram uma busca que resultou na localização de uma bomba-relógio dentro de uma caixa de sapatos. Em razão do ocorrido, a concentração foi transferida para a sede cultural do Diretório Central dos Estudantes da UFMG. No período compreendido entre o início da manifestação e a investigação dos policiais, do lado de fora do Colégio foram pichados oito carros de membros do MFPA, que tiveram também seus pneus furados. Antes da concentração, o local já havia sido vistoriado por agentes do Dops.

Na madrugada do dia 19, uma bomba foi atirada de dentro de um Volks azul em movimento contra a casa de d. Helena Greco, presidente do MFPA. Por sorte, a bomba bateu no portão de ferro, caindo em seguida na calçada onde explodiu. É interessante salientar que d. Helena Greco mora na rua Juiz de Fora 849, em frente à sede da 4ª Brigada de Infantaria do Exército. Existe uma guarita com soldados em sentinela permanente.

No dia 10 de julho, o GAC jogou nos jardins da casa de d. Helena cerca de duzentos cartões, enviados pelo MFPA através do correio ao governador de Pernambuco, ao diretor do Presídio e presos políticos de Itamaracá. Estes cartões faziam parte da campanha de solidariedade promovida pelo MFPA à greve de fome dos presos políticos de Itamaracá. O MFPA pediu a abertura de inquérito na Polícia Federal por violação de correspondência.

No dia 11 de setembro, às 21 horas, explodiu uma bomba no banheiro do auditório do Colégio Santo Agostinho, onde se realizava um debate promovido por universitários católicos sobre os Direitos Humanos. O banheiro ficou totalmente destruído tendo sua porta arremessada a cinco metros de distância.

No dia 13 de setembro, ocorreram dois atentados: o primeiro foi cometido contra a Igreja São Francisco das Chagas, onde realizava-se uma vigília de solidariedade ao preso Cajá, membro da Comissão de Justiça e Paz em Recife, explodindo uma bomba de alto teor aos 15 minutos da madrugada, que destruiu a portaria da Secretaria do templo. O barulho acordou muitos vizinhos. A quantidade de estilhaços fez supor o uso de granadas. No dia anterior, os padres haviam recebido várias ameaças e na porta da Igreja fora afixada uma 'Oração Anti-Vigília'. Durante o dia da vigília foram recebidos telefonemas anônimos''.

Uma opinião bem especial

O ex-senador Teotônio Vilela, vice-presidente nacional do PMDB, é uma das personalidades nacionais que acompanharam mais de perto o trabalho do MFPA em Minas e a atuação específica de d. Helena Greco, com quem teve inúmeros contatos em Brasília e através das Comissões para tratar de casos.

Ele é também um dos que participaram mais ativamente do trabalho parlamentar anterior à votação do Projeto de Anistia, tendo sido o presidente da Comissão Mista do Congresso para o Tema. Esta fase ele reuniu no livro "Anistia", que publicou em dois volumes.

Em função das atividades comuns, o senador Teotônio Vilela tornou-se um grande amigo de d. Helena Greco, sobre quem gosta muito de falar. Repetindo suas palavras: "sempre que posso, gosto de falar sobre a Helena, pois tenho por ela enorme admiração".

O seu depoimento foi colhido quando de sua vinda a Belo Horizonte, em 27/04/83, para receber, da Câmara de Vereadores, o título de Cidadão Honorário:

"Considero Helena Greco um perfil humano de primeira qualidade. Poucas pessoas tenho encontrado, quer do sexo masculino quer do sexo feminino, com tanto destemor, tanta capacidade de afirmação quanto Helena Greco. Durante o período da Anistia ela foi inextinguível. Mesmo doente, deslocava-se para nos acompanhar, pedindo a adesão à campanha da Anistia. Helena nunca nos faltou.

A Anistia brasileira deve muito à mulher brasileira e entre as mulheres brasileiras eu destaco Helena Greco. Uma mulher culta, inteligente, patriota e, sobretudo, muitíssimo afinada com o pensamento da maioria do Comitê Brasileiro pela Anistia. Todos os títulos nós podemos dar a ela, de uma mulher capaz mas sobretudo venerável.

Quantas e quantas pessoas foram socorridas por Helena Greco. Quantas e quantas pessoas ficaram na casa dela, até que pudesse ser tomada alguma solução para o caso. Ela era uma mulher que precisava atender a sua família, mas saía obstinadamente

para cuidar de todos os casos referentes aos Direitos Humanos, alguns dos quais também participei com ela .

Hoje é vereadora e eu cumprimento o povo de BH pela sua eleição. Ela se dedica extraordinariamente ao problema dos DH. Onde houver qualquer tipo de ferimento a eles, podem contar que Helena Greco estará presente. Também há sua dedicação aos flagelados, pobres, aos renegados da sociedade. Sua assistência é outra forma de atender a reivindicação dos DH. Assistir alguém ou amparar alguém é uma forma de atender aos DH”.

Helena Greco com a palavra

P: O que levou a senhora, dona-de-casa com os filhos criados, a se interessar pelo Movimento Feminino pela Anistia?

R: Meu trabalho sempre se pautou nos Direitos Humanos. Eu não tinha, até 1977, um canal efetivo de participação. Ao mesmo tempo ficava revoltada pela reação do governo ao movimento dos estudantes a partir de 75, 76. Sentia-me realmente preocupada com meus filhos que participavam do movimento. Quando verifiquei que a exigência dos Direitos Humanos poderia muito bem ser encaixada nos princípios do Movimento pela Anistia, resolvi me integrar. Além do mais, identificava-me muito com o sofrimento dos presos políticos e suas famílias. A partir de minha atuação, comecei a perceber que a reivindicação pela Anistia não poderia limitar-se à volta dos exilados mas teria que ser ampliada com a luta pela mudança do modelo político e econômico do país, contra o qual tinham lutado os que foram banidos. Para assumir esta proposta o movimento de Anistia tinha que vincular-se também aos movimentos populares (apoio aos trabalhadores, às associações de bairro) e ao movimento estudantil. O trabalho da Anistia abriu todo este canal de participação.

P: Como foi assumir um Movimento que combatia o regime?

R: O Movimento de Anistia combatia o regime porque este não permitia vozes de oposição, as críticas ao modelo econômico. E calcava-se em atos e leis de exceção. Levantamos bandeiras contra a Lei de Segurança Nacional, contra o cerceamento aos direitos de expressão e combatemos a repressão policial.

P: De onde vem a sua veia política?

R: A colônia italiana em Belo Horizonte, da qual minha família fazia parte, recebia um volume enorme de informações da Itália à época de Mussolini. Por ser muito

indagativa, e habituar-me à leitura desde cedo, comecei a criticar aquelas informações e não aceitar algumas coisas. Seria talvez o princípio. Quando saí de casa para estudar interna no Colégio Santa Maria, tive oportunidade de conhecer muitos autores, indicados pelos professores mais avançados do colégio, que burlavam uma censura imposta pela religião e a moral à livre leitura e nos propunham reservadamente a compra das melhores obras. Comecei a me inteirar dos pensamentos filosóficos e políticos. Discordei do Fascismo, do Integralismo. Comecei a "namorar" os grupos de esquerda, mas não me identifiquei com nenhum deles. Não descobri um Movimento cujas idéias me satisfizessem integralmente. Continuei a ler muito, sem ter uma participação ainda.

P: A senhora disse certa vez que sentia responsabilidade por sua geração reprimir os estudantes. O que a senhora quer dizer com isto?

R: Como disse anteriormente, ficava revoltada ao ver os estudantes, os únicos que contestavam o sistema de injustiça e de falta de liberdade no país, serem reprimidos justamente pela minha geração que, além de tudo, era a responsável pelo estado de coisas no Brasil. Minha geração não fez nada para transformar a sociedade em prol de uma vida melhor para todos; era culpada ou, então, omissa. Eu queria ter um canal de participação nesta mudança que eu via como necessária. Acompanhava todos os Movimentos existentes e foi no Movimento de Anistia que encontrei uma identidade maior. Eu era uma dona-de-casa rebelde, por não gostar do serviço doméstico e por ter consciência de que este não levaria a realização nenhuma. Nós, mulheres, devemos lutar pela criação de creches, de restaurantes coletivos, que substituam o trabalho de dona-de-casa e lhe dêem chances de participar na sociedade.

P: Como pensa a dona-de-casa de sua geração?

R: Em consequência da limitação da sua participação, ela tem dificuldade em aceitar as mudanças, não compreende, por exemplo, o processo dos filhos ao se libertarem e sente-se abandonada. Quando meu filho resolveu mudar-se para seu apartamento, há cerca de dez anos atrás, minhas amigas não compreenderam. Acharam que ele estava brigado comigo e opinaram que eu não deveria permitir sua saída. Eu tive oportunidade de conviver com outras idéias na minha época e acho que esta abertura me permitiu encarar as transformações de outra maneira. Nossas famílias nos criaram para cumprirmos o papel de ótimas donas-de-casa e zelosas mães. Nos colégios, nós éramos reforçadas para este papel. Cheguei até o curso superior, o que não foi comum à minha geração. Este foi outro canal de abertura para mim.

P: Para dedicar-se ao Movimento de Anistia em tempo integral, alguém teve que se responsabilizar por sua casa. Quem cumpriu esta tarefa?

R: Sem dúvida foi Bia, a empregada que trabalhou comigo dez anos. Chamava-se Beatriz da Cruz. Sem ela, nunca poderia ter me dedicado tão intensivamente ao trabalho, na época de Anistia. Bia tomava conta da casa as vinte e quatro horas, cuidava das refeições, atendia ao meu marido, sabia para quem abrir a porta, numa época em que era mais perigoso do que hoje. Bia disse-me um dia: "A senhora pode cuidar de sua vida, que eu cuido de sua casa". Mas um certo dia, durante minha campanha para vereadora, eu lhe dei dez dias de descanso além de suas férias regulamentares. Bia viajou para Pedro Leopoldo, sua terra natal e lá foi acidentada por um caminhão, morrendo na hora. Para mim foi um golpe terrível que até hoje sinto.

P: Quais são as figuras que mais influenciaram em sua vida? A senhora tem gurus?

R: Nunca tive uma pessoa ou várias pessoas que julgasse modelos ideais para seguir. Minha forma de pensar foi evoluindo aos poucos, com esforço próprio. Mas houve

figuras que sempre admirei. No caso de política e da justiça social por exemplo, admiro Lênin, Mao-Tse Tung, Che Guevara, Gandhi. Já uma pessoa que teve enorme influência em minha formação foi meu próprio marido. Nós crescemos no mesmo ambiente, pois ele é meu primo. Ele possuía um grupo de colegas intelectualmente fortes e, através da convivência com eles, cresci bastante. Outra pessoa que teve grande influência sobre mim é Mãe Eucaristia, uma freira do Santa Maria, que foi um verdadeiro esteio em minha fase de transição de adolescência para a juventude. Seu apoio foi fundamental nesta fase, que foi penosa para mim.

P: A senhora teve que lutar contra os padrões da época porque se casou fora da Igreja?

R: Sim. À minha época, os casamentos das famílias ricas eram celebrados nas casas. Eu não me casei na Igreja, não foi por sofisticação como nestes casos. O fato é que eu não aceitava casar-me numa Igreja porque não era católica. Também não aceitava o casamento como ato formal. No entanto, meu marido e eu tivemos que ceder um pouco às nossas famílias. Fizemos a cerimônia religiosa sim, mas exigimos que ela fosse realizada em casa, como ocorreu.

P: Como foi o primeiro dia em que a senhora participou de um ato político?

R: Foi no ato público da Escola de Medicina, em junho de 1977. Eu estava participando deste ato, quando senti uma vontade impetuosa de dar o meu depoimento. Foi uma atitude rápida. Meu depoimento se baseou na minha forma de encarar aquela realidade: sentia-me ali representando uma geração inerte, que não tinha feito nada para mudar o país e que ainda mandava reprimir.

P: A senhora sentiu medo alguma vez diante das ameaças feitas?

R: Confesso que não. Há momentos em que penso que não tenho muita imaginação, porque nunca senti medo. Nunca tive medo diante das bombas que já explodiram perto de mim. Pelo contrário, as dificuldades me estimulam, me dão mais coragem e força ainda. Posso dizer, com franqueza: nunca me submeti às ameaças que já me foram feitas e que não são poucas.

P: Como a senhora conseguiu conviver com tendências políticas diferentes dentro de um Movimento, sem nunca ter tido um treino político antes?

R: Acho que não senti dificuldade quanto a isto. Desde o início sabia qual era minha linha de pensamento e o que pretendia realizar. Nunca me afastei disto. As idéias dos outros não chegaram a me afetar mas contribuíam para meu crescimento. Nosso trabalho foi realizado por várias pessoas que se dedicaram na mesma intensidade minha.

P: Quais são estas pessoas?

R: Trabalhei junto com todas as integrantes do MFPA, pelas quais adquiri um respeito enorme. Mas cito aqueles com quem trabalhei mais efetivamente: Dirlene Trindade, Tereza Villas-Boas, Maria Beatriz, D. Ondina Nahas, Auxiliadora Gomes, Roseni Rosângela Chompré, Márcia Gardênia, Maria Inês Nahas, minhas filhas Heloísa e Marília. No CBA, cito: Alberto Carlos Duarte (Betinho), com quem tive a maior atuação; o advogado Geraldo Magela de Almeida; Otávio Camargo (Tavinho), os pastores Márcio e Apeles, da Igreja Metodista, Pe. Toninho (faleceu depois), Pe. Henrique e Pe. Rogério, os três da Pastoral Operária da Cidade Industrial. Foi essencial o apoio do Frei Antônio, da Igreja São Francisco das Chagas, que nos cedeu uma dependência para o MFPA. Esta Igreja sofreu dois atentados à bomba e uma invasão de desconhecidos.

P: A senhora continuará lutando pelos Direitos Humanos?

R: Acho que os Direitos Humanos ainda não foram conquistados no Brasil. A Anistia Ampla, Geral e Irrestrita só será conquistada quando o povo tiver participação absoluta no poder, quando puder ditar os seus caminhos. Lutamos para que o povo exerça todos os seus direitos, participe das decisões, tenha condições dignas de trabalho e sobrevivência, e canais próprios. Lutamos pelo fim da Lei de Segurança Nacional e pelo desmantelamento do aparato repressivo; pelo fim da legislação que atrela os Sindicatos – a CLT –, pela reforma agrária, que dê condições ao homem do campo de nele permanecer. A Anistia foi concedida mas até hoje os responsáveis não assumiram os casos de morte e desaparecimento a partir de 1964.

P: O que significa uma pessoa burguesa assumir uma causa popular?

R: Não posso negar que sou uma pessoa burguesa, dadas as minhas condições materiais. Mas há uma distinção entre a pessoa burguesa e a pessoa que mantém idéias burguesas. Posiciono-me contra as idéias burguesas, luto a favor dos mais oprimidos, da parcela da população que está sofrendo e que não tem voz. Combato com todas as forças o sistema burguês vigente, pois nele prevalecem as alianças de cúpula e só se concretizam os interesses dos já favorecidos.

P: Como parlamentar, qual é a sua proposta fundamental?

R: Minha proposta, como representante do PT, é em linhas gerais continuar meu trabalho para a conquista destes Direitos Humanos, como venho fazendo até agora. Minhas lutas se direcionam hoje para a defesa ampla dos interesses populares, os interesses específicos da mulher, e o combate a todo tipo de opressão.

P: Como se dão na prática estas lutas?

R: Estou propondo a criação de uma Tribuna Popular na Câmara, através da qual a cada dia uma pessoa ocuparia a Tribuna durante quinze minutos, mediante inscrição prévia. Estou tentando dar prosseguimento ao trabalho da CPI do Arrudas, pois este problema é de extrema gravidade para Belo Horizonte e sua população mais carente, em especial. Pretendo realizar uma ação contra o desemprego, incentivar o trabalho dos Sindicatos e Associações de Base com meu apoio e dentro das possibilidades de participação nele. No caso específico da mulher, apoiar a participação de todas nas lutas empreendidas pelos seus movimentos de defesa. Apoiar as lutas do Movimento Negro em Minas, que vem crescendo pouco a pouco. E combater todo o tipo de repressão policial.

P: Por que a senhora escolheu o PT como seu Partido?

R: Acho que o Partido dos Trabalhadores é o único que propõe a participação do povo a nível do poder e que é um partido dos próprios trabalhadores, não a seu favor. Nós pretendemos que o povo se represente por si mesmo, aos poucos. Vejo o nascimento do PT como o fato mais importante dos últimos tempos, por esta proposta básica.

P: A senhora descobriu o grande objetivo de sua vida?

R: Não tenho qualquer dúvida a respeito disto e minha luta sempre continuará sendo esta: lutar contra a opressão e a repressão que impedem um povo de se auto-libertar. Eu acho que não mereço a idade que tenho efetivamente. Há aquele ditado de que as pessoas têm a idade que merecem. Pois sinto-me diferente disto: para todos os efeitos, sinto-me tendo 35 anos de idade, pela minha vitalidade, capacidade intelectual e vontade de lutar.

P: Sua atuação poderá ser lembrada algum dia na História?

R: Penso que o trabalho pela Anistia e o PT ficarão na História Brasileira. Nossa luta pela Anistia abriu um enorme espaço para os outros movimentos, numa época em que eram coibidos pelo estágio de fechamento do regime. E tomou conta de todo o Brasil entre 1978 e 1979. Conseguimos criar este espaço e serão as entidades de base que darão continuidade à luta do povo. O Partido dos Trabalhadores será o canal político para este fim.

A atuação parlamentar

D. Helena Greco participou de todo o processo de criação do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido uma das signatárias do "Manifesto de São Bernardo", que lançou o Partido nacionalmente no dia 10 de fevereiro de 1.980.

As discussões em torno da criação do PT haviam começado no primeiro semestre de 1.979. Em abril daquele ano, durante o Congresso de Sindicatos em Lins, São Paulo, vários sindicalistas defenderam a importância de se criar um Partido, que servisse de "caixa de ressonância" para todos os movimentos de base que haviam-se fortalecido nos anos anteriores.

A proposta foi levada aos outros estados e recebeu amplo apoio. O PT realizou a sua convenção Oficial no dia 11 de fevereiro de 1.982, seguindo as diretrizes da Lei Orgânica. A partir desta data, inicia-se nos estados o processo de lançamento de candidaturas para as eleições de novembro.

No período 1981-82 Helena Greco é escolhida membro das Comissões Executiva Estadual e Nacional do PT. Em abril de 82, é lançada candidata a vereadora de Belo Horizonte, e seu nome será ratificado na Convenção Estadual do dia 4 de julho.

A 15 de novembro, elege-se com 6.292 votos, tornando-se a Líder do PT na Câmara. Empossada no dia 18 de dezembro de 1.982, como parlamentar vem atuando a partir de dois princípios: a defesa dos Direitos Humanos e o apoio a movimentos populares.

A defesa dos Direitos Humanos leva a uma atuação muito ampla em prol daqueles cidadãos atingidos em seus direitos fundamentais, assim como à denúncia destes casos — cidadãos que sofrem maus tratos em prisões e delegacias, os que foram alvos de atentados ou perseguições, os favelados quando tiverem seus direitos desrespeitados, a denúncia ao impedimento à livre manifestação. Esta situação leva, ainda, ao combate contra as formas de exploração econômica — contra as medidas econômicas adotadas pelo poder público, lesivas aos interesses dos trabalhadores, ou a omissão na solução de problemas prementes (ex: o desemprego). D. Helena está propondo a formação de

Comissões para estudar cada tema e apresentar soluções.

No item de participação popular, ela dará todo o apoio ao trabalho dos movimentos e entidades de base e Sindicatos, procurando, sempre que possível, abrir canais para estes se manifestarem, em vez de atuar como seu porta-voz. Mas, sempre que necessário, fará pronunciamentos ou apresentará soluções para os temas de interesse popular. Está propondo a criação de uma Tribuna Popular na Câmara e a formação de Comissões de Representação Popular junto às Administrações Regionais da Prefeitura.

Helena Greco vista em sua intimidade

REGINA DE SOUZA: foi vizinha de d. Helena desde a infância. É sua secretária atualmente: “Foi na minha adolescência que comecei a amar d. Helena. Vivendo num mundo pequeno e cheio de mediocridade, descobri na minha vizinha do lado uma das pessoas mais fabulosas de toda a minha vida. Gostava de vê-la falando de teatro, de autores franceses, dos clássicos, assunto pelo qual eu também tinha muito interesse. Ela declamava trechos de poesia, parágrafos de romances, com uma memória prodigiosa. Falava inglês, francês e italiano correntemente, o que me encantava muito.

Via, porém, que o excesso de informação a isolava um pouco de outras pessoas. Muitas vezes percebia nela a vontade de ter mais alguém para trocar idéias, quando não podia fazê-lo com o dr. Greco. Encontrava-a muitas vezes fazendo palavras cruzadas, bastante complexas.

Podia-se perceber nela uma vontade de participar. Tive uma grata surpresa ao vê-la no Ato Público da Escola de Medicina em que ela falou aos estudantes e disse mais ou menos o seguinte: “Gente, muita coisa está acontecendo hoje, porque pessoas como eu, da minha geração, nunca fizeram nada contra este estado de coisas”. Daí a tornar-se presidente do Movimento Feminino pela Anistia foi um pulo. Estava instituído o seu canal de participação.

Fiquei dez longos anos parcialmente distante dela. Nesse período ela explodiu em sua militância política. Retomamos o trabalho juntas e, hoje, a acompanho na Câmara Municipal”.

MARÍLIA GRECO (filha): “Acho que uma das grandes contribuições de mamãe foi nos desenvolver o espírito crítico diante da realidade. Ela sempre teve uma preocupação muito grande neste sentido e conseguiu imprimir em nós também uma boa capacidade de discernimento.

Mamãe sempre realizou um trabalho intelectual seu e acho que isto pode ter

influído no nosso relacionamento. Ela consegue manter uma convivência aberta, de bastante diálogo.

Inegavelmente, sempre atraiu pessoas para virem à nossa casa. Até as minhas amigas dizem com frequência que a consideram sua *mãe intelectual*”.

DIRCEU (filho): “Acho que mamãe nunca se modificou do que sempre foi, apenas em certa época mudou o seu campo de atuação. Vejo-a cada vez mais certa do que quer e também mais tranquila ao fazer as coisas. Ela tem umas vantagens pessoais: uma memória prodigiosa e uma facilidade enorme de reunir e concluir as idéias, o que lhe facilita realizar bem o que faz. No começo de seu mandato como vereadora, a percebi meio perplexa ao confrontar-se com a diferença entre as propostas teóricas dos outros parlamentares e suas práticas. Tendo já ultrapassado esta fase, vejo-a agora mais segura e desenvolvendo o trabalho do modo bem eficaz”.

HELOISA (filha): “Apesar de ter começado a militar antes de mamãe, não acho que fiz a sua cabeça, como costumam dizer às vezes. Trouxe idéias novas para casa, mas aqui sempre tivemos uma vida de muita autonomia. As referências dela advêm de sua própria interação com a realidade e não porque tenha sido influenciada por esta ou aquela pessoa.

É inegável que ela atingiu uma representatividade muito grande. Tem hoje uma penetração entre os estudantes, os trabalhadores, militantes de partidos, obtida em função de sua atuação marcante. Ela consegue demonstrar que a tarefa de transformar a nossa sociedade não é uma atribuição exclusiva dos jovens, mas pertence a todos. Tem suas dificuldades, é claro, como toda pessoa, mas acho que são superáveis. A partir de sua atuação política nosso relacionamento mudou muito: hoje sinto-a mais como uma companheira de luta. Se às vezes temos divergências no encaminhamento concreto das propostas, temos, por outro lado, muita convergência na linha de pensamento”.

MARTINHA FERREIRA: é prima de d. Helena e mora em sua casa desde 1973. Atualmente trabalha como governanta. “Vim para Belo Horizonte depois de morar algum tempo com parentes no Rio, onde não me dei bem. Em 1973 Helena disse que eu poderia ficar em sua casa, onde estou até hoje. Ela me deu apoio para estudar — cursei o primário e ginásial, datilografia e corte e costura. A esta época não trabalhava para ela. Hoje realizo serviços internos, os externos para o dr. Greco, coordenando refeições, atendendo chamados de telefone, fazendo pagamentos, etc.

Helena é uma pessoa muito boa e decidida. Sempre resolveu de imediato o que eu precisava, dando todo o apoio. Não é uma pessoa nervosa, sempre está pronta para qualquer coisa. Preocupa-se às vezes com as coisas, mas quando está assim nunca desacata ou desconta em ninguém. Minha colaboração com ela é através de minha presença em sua casa. Não cheguei a participar do trabalho de Anistia, mas me filiei ao PT;”

CRISTINA CONTIGLI (médica) amiga da família desde 1969: “Conheci d. Helena através de Regina, sua secretária. Depois tornamo-nos muito amigas e a convidei para madrinha de meu casamento. Tenho um relacionamento muito intenso com a família até hoje.

Na época em que a conheci, era uma senhora mais gorda, uma mãe que, como todas as outras, preocupava-se quando os filhos chegavam tarde em casa, cuidava para que eles tivessem as refeições na hora, etc.

Ela mantinha costumes interessantes em sua casa: promovia encontros musicais dos quais participavam pessoas ligadas à Música em Belo Horizonte. Ela tocava piano muito bem, por sua vez. Havia a macarronada das sextas-feiras, aberta a todos os amigos. Os almoços no domingo às vezes contavam até com vinte pessoas. Acredito que estes

hábitos ela trouxe de sua família. Todos na casa sempre foram muito receptivos.

Os Greco gostam especialmente de Literatura. Percebia-se, àquela época em d. Helena, um gosto por atividades sociais e culturais e pouco apego ao trabalho rotineiro da casa. Acho que os filhos dela, especialmente a Heloísa, e também a Regina, que tinham alguma formação política, tiveram bastante influência sobre ela. Naquele ato público da Medicina, acredito que ela decidiu assumir o que já estava sedimentado dentro de si. E, a partir de sua militância, encontrou o grande objetivo de sua vida. Houve uma nítida modificação interior sua: tornou-se mais aberta para falar de si. Hoje me assusta ver sua energia, a resistência que tem de participar de reuniões prolongadas. Como vereadora, ela terá uma trajetória marcante, considero-a um dos primeiros políticos interessantes de Minas Gerais.

D. Helena gosta muito de jogar baralho, ver filmes enlatados na televisão, viajar sempre que possível. Cuida de sua aparência indo ao salão de beleza nos sábados-livres. Um lado curioso seu: adora comprar sapatos”.

Entrevista com dr. JOSÉ BARTOLOMEU GRECO:

P: Como o senhor encara o trabalho de d. Helena?

R: É uma luta das mais nobres e que tem meu apoio integral. No Brasil, à época da Anistia, precisávamos de que alguns grupos empreendessem uma luta em favor daqueles que tinham Pátria mas não podiam estar nela (os exilados). Outra luta que sempre considere fundamental é a luta em favor daqueles que estão no próprio país mas não podem vivê-lo como deveriam — são os favelados, os marginalizados, os trabalhadores mal remunerados que constroem o país mas não usufruem seus benefícios, faltando-lhes boa saúde, transporte e moradia. No discurso que fiz, durante o lançamento da candidatura de Helena, resaltei que o milagre brasileiro é feito por estes lutadores que, mesmo sem uma boa alimentação e uma boa saúde, constroem todas as riquezas que possuímos.

P: Como deveria ser o Brasil, a seu ver?

R: Deveria ser um Brasil realmente nosso, onde a preocupação fundamental estivesse na matéria-prima humana e em seu bem-estar. A luta de Helena é no sentido de exigir este respeito ao Homem, a seus direitos e de reivindicar uma vida melhor para todos.

P: Qual foi sua participação no trabalho dela?

R: Eu aceitei naturalmente o seu trabalho dando o meu apoio, embora, por vezes, chegasse a fazer críticas a certas conduções práticas. Cheguei a preocupar-me quando ela saía à noite muitos dias seguidos, fazendo parte de Comissões ou para reuniões. Um dia lhe disse: acho que a figura de Joaquina de Pompéu (da qual ela descende na verdade) encarnou em você. A disposição de luta e coragem em Helena parecem estar no sangue.

P: Em casa, como repercutiu a mudança no dia-a-dia de d. Helena?

R: Acho que a mudança foi ocorrendo naturalmente. Na minha opinião, não existe mais o tempo em que a mulher limitava-se a ser dona-de-casa. Hoje a mulher tem um papel fundamental a exercer na sociedade, principalmente se levamos em conta que o Brasil é um país de 120 milhões de habitantes, cuja maioria ainda não alcançou o nível mínimo de escolaridade, nem tem as condições básicas materiais. A mulher brasileira deve

utilizar toda a gama de conhecimentos que tem para realizar alguma coisa para esta sociedade.

(Dr. J. Bartolomeu Greco é médico alergista e imunologista, com graduação em Belo Horizonte e Pós-graduação em São Francisco (EUA). É membro do Colégio Americano de Alergistas, membro-fundador da Sociedade Brasileira de Alergia. Já apresentou trabalhos em vários Congressos Internacionais. É co-autor de "Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica").

Conclusão

Foi, sem dúvida, dentro de uma fase particular da História Brasileira que surgiu a figura Helena Greco. E sua presença foi marcada junto à de centenas de mulheres que, tanto em Minas Gerais como em outros estados, integraram-se à luta pela transformação política do país.

O destaque de Helena Greco advém de ter sido “uma militante de ponta”, durante prolongada fase em que as grandes Instituições Nacionais e parte da sociedade civil calaram-se diante dos atos de exceção, restando a setores — por vezes dentro destas mesmas instituições — e a pessoas isoladas serem as únicas vozes de clamor. Este fato é atestado por pessoas que viveram a época intensamente — sindicalistas, professores universitários, jornalistas. Esta característica da época confere a Helena Greco um valor especial.

Ela foi, portanto, uma das figuras que assumiram as exigências e também consequências da luta em prol da democratização. Não se pode negar que a **abertura política** tenha sido empreendida pelos membros mais “liberais” do regime militar. No entanto, foram os movimentos reivindicatórios da década de 70 que serviram de espécie de “panela de pressão”, provando a necessidade da mudança institucional.

Podemos afirmar, através deste trabalho, que Helena Greco teve um papel muito importante no processo dos movimentos organizados. Tendo sido abertas as chances para uma inserção maior na vida política brasileira, e uma vez eleita vereadora, atualmente ela vem procurando exercer o mandato com a maior consciência possível e a máxima dedicação, utilizando toda a experiência que adquiriu. Sua busca permanente será, como ela mesma acentua, “por uma sociedade de maior justiça, onde o povo tenha todos os privilégios e participe de todas as decisões que lhe dizem respeito”.

Se Helena Greco ainda não foi notabilizada até agora, um dos motivos pode ser a atitude de alguns setores que, não aprovando sua luta, tentam por vezes criticar o seu trabalho. Mas, os que passam a conhecer de perto Helena Greco, percebem rapidamente

que esta atitude não vai alterar sua disposição, nem chegará a atingir seu alto espírito de Humanismo.

Como uma mulher que vive em Minas Gerais, Helena Greco pode servir de exemplo próximo para as mulheres que sintam a vontade de participar no processo das transformações de nossa comunidade, provando que não há impedimento por questão de idade, níveis de conhecimento ou mesmo por exigências de uma experiência anterior.

Apêndice

Helena Greco
no carnaval de 1926



Retrato da
Primeira Comunhão em 1923





Formatura no grupo
"Olegário Maciel"



Dia da formatura no
Colégio Santa Maria,
acompanhada do Dr.
Greco - 1932



Um ano antes do casamento
1936



Formatura em Farmácia
1937



Casamento — 1937



D. Helena, Dr. Greco e a família dela — 1940



O começo da vida em família — 1951



Festa de 15 anos da filha Marília Greco

LIGUE INTERNATIONALE POUR LES DROITS ET LA LIBERATION DES PEUPLES
INTERNATIONAL LEAGUE FOR THE RIGHTS AND LIBERATION OF PEOPLES
LIGA INTERNACIONAL POR LOS DERECHOS Y LA LIBERACION DE LOS PUEBLOS

STATUT ONG AUPRÈS DE L'ONU

Os organismos que na Europa trabalharam para a defesa dos direitos humanos tinham já, nos meados dos anos '70, uma grande experiência da realidade do Brasil e procuraram atrair a atenção da opinião pública sobre os prejuízos irreparáveis que a política governativa trazia aos direitos mais elementares dos cidadãos daquele país. A partir de 1975/76 houve um julgamento quase unânime a respeito do problema fundamental para reconstituir uma base mínima de convivência civil no Brasil a fim de recompor os dois ramos de uma vasta área de jovens e intelectuais que a história destes últimos anos cons- trañiu ao exílio ou à prisão. Não só os organismos para a tutela dos direitos humanos na Europa e nos EE.UU. deveriam desenvolver este papel; precisava que no próprio Brasil surgisse e se desenvolvesse um movimento forte de protesto. Foi então que a Liga Internacional para os Direitos e a Libertação dos Povos teve a oportunidade de contactar Helena Greco e os "Comités das mulheres para a Anistia". Por vários anos seguimos o difícil trabalho e pudemos chegar a ela e às suas companheiras como a uma fonte de informações objetivas e atualizadas. Ela foi insubstituível no trabalho que nós, junto a outros, realizá- vamos na Europa.

A colaboração durou anos até culminar no Congresso mundial para a Anistia no Brasil. O Congresso foi patrocinado pela nossa Organização e foi realizado em Roma de 28 a 30 de junho de 1979. O testemunho que Helena Greco deu falando na Tribuna do Congresso foi um dos mais apaixonantes e vencedores como testemunham também os recortes de jornais anexos à presente declaração. O discurso de Helena Greco foi o que mais impressionou os parlamentares e as personalidades vindas de toda Europa pelo seu jeito de falar sem rodeios; foi aquele que deu às pessoas presentes a medida exata da urgência de realizar a Anistia que todos estavam sollicitando.

Pela sua contribuição constante, ao longo de muitos anos e pelo seu inflexível engajamento, a Liga Internacional para os Direitos e a Libertação dos Povos guarda para com Helena Greco uma recordação fraterna como militante incansável na luta para os direitos humanos.

O Secretariado da Liga Internacional para os
Direitos e a Libertação dos Povos
Roma, 12 de maio de 1983

SIÈGE: VIA DELLA DOGANA VECCHIA 5, 00186 ROME, ITALIE. TEL. 06438299. 059983

Documento da Liga Internacional para os Direitos e a
Libertação dos Povos

O Movimento Feminino Pela Anistia, que nasceu em 1974, tem como finalidade lutar pela anistia dos presos políticos, em especial, os presos políticos que foram presos durante a Revolução de 1964, para os quais a Lei de Anistia de 1979 não trouxe a solução definitiva. O movimento surgiu em São Paulo, em 1974, e logo se espalhou para outras cidades. Em 1975, realizou sua primeira reunião nacional em São Paulo, com a participação de representantes de 15 estados. O movimento tem como principais objetivos: lutar pela anistia dos presos políticos, em especial, os presos políticos que foram presos durante a Revolução de 1964, para os quais a Lei de Anistia de 1979 não trouxe a solução definitiva. O movimento surgiu em São Paulo, em 1974, e logo se espalhou para outras cidades. Em 1975, realizou sua primeira reunião nacional em São Paulo, com a participação de representantes de 15 estados. O movimento tem como principais objetivos: lutar pela anistia dos presos políticos, em especial, os presos políticos que foram presos durante a Revolução de 1964, para os quais a Lei de Anistia de 1979 não trouxe a solução definitiva.

AS MULHERES E A ANISTIA

O Movimento Feminino Pela Anistia está convocando uma manifestação para o transcurso do 23º aniversário da Anistia de 1979. Será dia 13 de maio, às 20 horas, na Galeria Sando Antônio, entrada da rua Alagoas, 562.



Paulina Lorenz, em reunião, em uma sessão do Conselho Nacional.

Em 1945 foi assim

No dia 13, no dia 13 de maio, a população de São Paulo realizou uma manifestação em frente ao Palácio do Estado. O movimento foi liderado por mulheres e teve como objetivo a luta pela anistia dos presos políticos. A manifestação foi muito pacífica e contou com a participação de milhares de pessoas.

Uma manifestação foi realizada em São Paulo em 1977, em homenagem ao 23º aniversário da Lei de Anistia de 1979. A manifestação foi liderada por mulheres e teve como objetivo a luta pela anistia dos presos políticos. A manifestação foi muito pacífica e contou com a participação de milhares de pessoas.

Em 1975, realizou sua primeira reunião nacional em São Paulo, com a participação de representantes de 15 estados. O movimento tem como principais objetivos: lutar pela anistia dos presos políticos, em especial, os presos políticos que foram presos durante a Revolução de 1964, para os quais a Lei de Anistia de 1979 não trouxe a solução definitiva.

O movimento surgiu em São Paulo, em 1974, e logo se espalhou para outras cidades. Em 1975, realizou sua primeira reunião nacional em São Paulo, com a participação de representantes de 15 estados. O movimento tem como principais objetivos: lutar pela anistia dos presos políticos, em especial, os presos políticos que foram presos durante a Revolução de 1964, para os quais a Lei de Anistia de 1979 não trouxe a solução definitiva.

com a manifestação de dia 13 de maio, a MFFA realiza a campanha "Anistia de 1979". O movimento tem como objetivo a luta pela anistia dos presos políticos, em especial, os presos políticos que foram presos durante a Revolução de 1964, para os quais a Lei de Anistia de 1979 não trouxe a solução definitiva. O movimento surgiu em São Paulo, em 1974, e logo se espalhou para outras cidades. Em 1975, realizou sua primeira reunião nacional em São Paulo, com a participação de representantes de 15 estados. O movimento tem como principais objetivos: lutar pela anistia dos presos políticos, em especial, os presos políticos que foram presos durante a Revolução de 1964, para os quais a Lei de Anistia de 1979 não trouxe a solução definitiva.

Jornal "DE FATO" Abril de 1978

39 ATENTADOS EM 2 ANOS.
BASTA DE OMISSÃO DO GOVERNO!
PELA IMEDIATA APURAÇÃO DOS ATENTADOS. E PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS!
ABAIXO A REPRESSÃO!



D. Helena participa da Manifestação Contra o Terror

1978



A família vista atualmente — 1983



Os netos Gustavo e Helena
e D. Helena

Fontes de consulta

"Anistia" – senador Teotônio Vilela.

"Metodologia do Trabalho Científico" – Antônio Joaquim Severino.

Arquivo Público Mineiro

Arquivos do MFPA e CBA

Arquivo Pessoal de Helena Greco

Arquivo de Ondina Nahas

Documentos do PT

Jornais: "Estado de Minas", "Diário da Tarde", "De Fato", "Movimento".

Pessoas consultadas: jornalista Dídimo de Paiva – editor de "Internacional" do "Estado de Minas"

Professor José Alfredo de Oliveira Baracho – professor titular e ex-diretor da Faculdade de Direito da UFMG.

Regina de Souza – secretária de d. Helena.

Antonio Nahas Júnior – assessor na Câmara.

Fotografias: Arquivo do "Estado de Minas"

Álbuns da família Greco

Produção: Alcir Mendes Cardoso Júnior

RESPONSÁVEIS PELA EDIÇÃO

**ALBERTO DUARTE
DIRCEU GRECO**

**RUA SANTA CATARINA – 491
30.000 – BH – MG.
FONE: 337-3921 / 337-0803**

Este livro foi composto pela
JADA – Composição Eletrônica
Ltda., rua Campos Sales, 74 e
impresso na Gráfica Arte Livre
Ltda., Av. Augusto de Lima 233,
Sobre-loja 34, em novembro de
mil novecentos e oitenta e três.

D. Helena manifestava-se a seu modo e jeito, firme, eficaz. Em breve, a Direção do MFPA a teria como principal responsável. Faz uma opção durante greve estudantil. É que não só de anistia ela cuida. Onde haja a necessidade de defender os direitos humanos — de jovens, de flagelados, de marginalizados — ela está em ação, pouco se lhe dá que a detenham à porta das prisões, não se abala com ironias, observações malévolas, riscos inocultáveis, a tudo desse gênero ignora, cumpre o que intimamente se impôs como o seu dever.

Eis a oportunidade da presente exposição, pela qual se fica melhor conhecendo D. Helena Greco, o que tem representado a ação que exerce e continuará a exercer, o que é lícito esperar do seu trabalho, de ontem, de hoje, do futuro, seja qual for a posição que venha a assumir perante exigências de atividades a que não foge, de que se investe, das quais faça a sua razão de ser, de afirmar-se, sem jamais aparentar atitudes inautênticas.

Valem muito, também, neste livro, as maneiras como é vista D. Helena por outros militantes, o que dela receberam diversos anistiados, casos concretos que enfrentou, como os descrevem o seu esposo, Dr. José Bartolomeu Greco, os filhos de ambos, por fim, e para enriquecer o seu futuro, a posição política a que foi levada por 6.292 eleitores, que jamais se decepcionarão com as suas iniciativas na Câmara Municipal.

D. Helena Greco, ao ver de tantos dentre nós, parece estar sempre a começar, cada vez mais detentora das melhores esperanças de quem lhe admira as opções e as consequências benéficas que daí hão de resultar.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 1983

EDGAR de Godoi da MATA-MACHADO

Sobre a autora



Ana Maria Rodrigues de Oliveira, 28 anos, é mineira de Belo Horizonte. Concluiu o curso de Comunicação Social em 1977, pela Universidade Católica de Minas Gerais. Trabalha como jornalista na Editoria de Internacional do "Estado de Minas", tendo publicado vários artigos assinados no 2º Caderno daquele jornal, sobre diversos assuntos. Este seu primeiro livro originou-se de uma monografia feita para o Concurso de Monografias "Minas Mulher", promovido pela Sociedade Amigas da Cultura, em junho de 1983. Ana Maria encontra-se atualmente no exterior, em Curso de Especialização em Jornalismo, na Universidade Estadual de Louisiana, nos Estados Unidos.